

“Eu ficava do lado de fora...”: O lugar ocupado pelo jovem pai no pré-natal e no parto

“I was in the outside...”: The place occupied by the young father in the prenatal care and the childbirth

“Yo me quedaba afuera...”: El lugar que ocupa el joven padre en el prenatal y en el parto

Recebido: 14/03/2022 | Revisado: 23/03/2022 | Aceito: 29/03/2022 | Publicado: 05/04/2022

Maria Beatriz de Assis Veiga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0940-9534>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: maribi.v@uol.com.br

Mayara Ribeiro Maciel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8454-9521>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: mrmenf@gmail.com

Adriana Lemos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9705-6200>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: adrianalemos@unirio.br

Resumo

A juventude é um período de mudanças e adaptações. A gestação nessa fase da vida é resultante do exercício da sexualidade e vista como um problema social. A paternidade ocorre nesse cenário sendo influenciada por questões de gênero culturalmente construídas. Os serviços de saúde, ao voltarem a sua assistência ao público materno-infantil, reproduzem esse cenário social, tornando assim imprescindível a inclusão do pai no contexto da gestação e o reconhecimento da importância de sua participação no pré-natal e no parto. Objetivo: descrever a vivência dos jovens pais na assistência pré-natal e no parto de seus primeiros filhos. Método: estudo qualitativo, realizado através de entrevista semiestruturada com doze jovens pais, selecionados pela técnica *snowball*. A análise de conteúdo foi utilizada para tratamento dos dados. Resultados: a maioria dos jovens demonstrou conhecimento restrito quanto ao pré-natal, tiveram participação passiva durante as consultas ou ficaram do lado de fora do consultório. Somente um pai vivenciou o nascimento do seu filho. Conclusão: papéis de gênero, atrelados a masculinidade, que influenciam negativamente o exercício da paternidade, necessitam ser repensados e reelaborados, e ações interdisciplinares e intersetoriais que problematizem essas questões devem ser destinadas ao homem durante todo o seu ciclo vital.

Palavras-chave: Adolescente; Saúde do homem; Cuidado pré-natal; Parto; Salas de parto.

Abstract

Youth is a period of change and adaptation. Pregnancy at this stage of life is the result of the exercise of sexuality and it is seen as a social problem. Fatherhood occurs in this scenario being influenced by culturally constructed gender issues. The health services, by turn their assistance to the maternal and child public, reproduce this social scenario, this way it is essential to include the father in the context of pregnancy and the recognition of the importance of his participation in prenatal care and childbirth. Objective: to describe the experience of young parents in prenatal care and in the childbirth of their first Method: qualitative study, done by a semi-structured interview with twelve young parents, selected by the snowball technique. Content analysis was used to process the data treatment. Results: the mosct young people showed limited knowledge about prenatal care, had passive participation during consultations or stayed outside the office. Only one father experienced the birth of his son. Conclusion: gender roles, linked to masculinity, which negatively influence the exercise of fatherhood, need to be rethought and re-elaborated, and interdisciplinary and intersectoral actions that problematize these issues must be aimed at men throughout their life cycle.

Keywords: Teenagers; Men's health; Prenatal care; childbirth; Delivery rooms children.

Resumen

La juventud es un periodo de cambios y adaptaciones. La gestación en este momento de la vida es resultante del ejercicio de la sexualidad y se considera un problema social. La paternidad ocurre en ese contexto siendo influenciada por cuestiones de género culturalmente construidas. Los servicios de salud al dedicar su asistencia al público materno infantil, reproduce ese contexto social, volviendo imprescindible la inclusión del padre en el contexto de la gestación y el reconocimiento de la importancia de su participación en el prenatal y en el parto. Objetivo: Describir la vivencia de los jóvenes padres en la asistencia prenatal y en el parto de sus primeros hijos. Método: Estudio con enfoque cualitativo realizado por medio de entrevista semiestruturada con doce jóvenes padres seleccionados por la técnica *snowball*. El

análisis del contenido fue utilizado para tratamiento de datos. Resultado: La mayoría de los jóvenes ha demostrado poco conocimiento acerca del prenatal, tuvieron una participación pasiva durante las consultas o esperaron afuera del consultorio. Solamente un padre ha vivido el nacimiento de su hijo. Conclusión: Roles de género relacionados con la masculinidad que influyen de manera negativa en el buen ejercicio de la paternidad necesitan ser repensados y reelaborados, y acciones interdisciplinarias e intersectoriales que problematicen tales cuestiones deben ser destinadas al hombre durante todo su ciclo vital.

Palabras clave: Adolescente; Salud del hombre; Cuidado prenatal; Parto; Salas de parto.

1. Introdução

O período etário dos 15 aos 24 anos marca a juventude, entretanto a idade de entrada e saída dessa fase se caracteriza por marcas individuais e do contexto social, cultural e econômico no qual o jovem está inserido. Essa fase pode ser prolongada devido à não assunção de responsabilidades inerentes ao mundo adulto, como a formação acadêmica, saída da casa dos pais e a inserção no mercado de trabalho (Abramovay *et al.*, 2015).

No que tange à sexualidade na juventude, é em meio à vergonha, constrangimento, falta de diálogo e educação sexual falha voltada para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gestações que o jovem tem seus primeiros desejos e experiências sexuais. Esse cenário não o auxilia a ter conhecimento quanto ao sexo e à sexualidade, visto ser importante nesta abordagem considerar as subjetividades dos sujeitos (Nascimento *et al.*, 2020).

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos que surgiram como luta dos movimentos feministas e englobam, entre outros, a possibilidade de vivenciar a sexualidade com prazer e livre de discriminações, poder decisório sobre a procriação e acesso à orientação e aos meios para ter autonomia nessa área de sua vida. A promoção desses direitos envolve ações que propiciem autonomia do planejamento reprodutivo, acesso à educação sexual, assistência na gestação, parto e pós-parto. Apesar de existirem Políticas Públicas que norteiem a atenção à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, há uma discrepância entre o preconizado e o que é vivenciado, pois, constantemente, durante a juventude, esses referidos direitos são violados (Daniliauskas *et al.*, 2019).

Uma dessas violações envolve a gravidez durante essa fase da vida, que pode surgir como uma das consequências do exercício da sexualidade, contudo tende a ser vista como um problema que deve ser evitado (Silva *et al.*, 2022). Sabe-se que esse “problema” não é tão simples de ser resolvido, pois é um fenômeno multicausal complexo que traz repercussões para a vida dos jovens (Santos *et al.*, 2017). Menos trivial do que o evento da gestação durante a juventude é a forma como homens e mulheres a experimentam, sendo sua vivência marcada pelos papéis sociais de gênero, em que a reprodução e suas atribuições ficam a cargo feminino e o provimento financeiro e a proteção da família são tidos como incumbência masculina (Hernández-Quimara *et al.*, 2021).

O jovem de sexo masculino, imerso nas mudanças físicas, psíquicas e sociais – comuns da fase que se encontra –, adquire, com o exercício da sexualidade e a chegada da puberdade, a capacidade de procriar. Contudo essa assunção da paternidade ocorre perante a seguinte realidade: como se tem a visão que desde a concepção até o cuidado do bebê são responsabilidades femininas, as meninas, desde a infância, são preparadas para assumirem o seu futuro papel social: o de ser mãe. Já os meninos não têm a mesma oportunidade de se aproximarem da paternidade que futuramente exercerão, sendo afastados desse cenário. Corroborando com esta afirmativa o fato dos brinquedos não serem neutros, pois as bonecas, maquiagens, fantasias de princesas são endereçadas às meninas, e aos meninos são apontados as fantasias de heróis e o vídeo game, por exemplo. Ao observar crianças em idade pré-escolar brincando, percebe-se que as meninas reproduzem a figura da mãe, que naturalmente assume a posição de cuidar dos filhos, do ambiente doméstico e se preocupam em seguir os padrões de beleza socialmente determinados para as mulheres, e os meninos quando se põe a fazer algo dito como do universo feminino são questionados quanto a sua masculinidade (Pereira & Oliveira, 2016).

No Brasil foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Brasil, 2009), que orienta a inclusão do pai no planejamento da reprodução, no pré-natal, parto, puerpério e na criação e educação do filho, contudo Gomes *et al.* (2016) acredita que esta política tangencia questões mais complexas como a paternidade sem a figura materna ou quando esta ocorre no contexto da relação homoafetiva. Este autor, acrescenta ainda que as construções culturais impactam no exercício da paternidade e nas ações de cuidado, e são voltadas a visão do homem como provedor da família, colaborador na saúde da mulher e do filho, e que existem lacunas entre a paternidade tradicional e a constituída mediante aos novos arranjos familiares e de gênero.

Na atualidade, há uma mobilização nacional e internacional em defesa da reconstrução social dos papéis de gênero, pensando no maior envolvimento do homem no planejamento reprodutivo, e o seu compromisso na criação e cuidado dos filhos, fortalecendo assim o vínculo afetivo entre ele e sua parceira (Hermann, 2016). No que tange aos jovens pais, estes demonstram preocupação financeira, pois não querem que falte nada aos filhos, mas também valorizam o envolvimento afetivo com a prole e a participação no cuidado, contudo têm insegurança e inexperiência para atender às necessidades da criança e contam com o suporte de sua rede de apoio (Deus *et al.*, 2020).

Em revisão de literatura (Oliveira *et al.*, 2021), foi constatado que os homens assumem posição de coadjuvante na assistência pré-natal e que os profissionais de saúde, além de voltarem o cuidado ao binômio mãe-bebê, ainda têm resistência na inclusão dos homens no pré-natal, parto e pós-parto. Esse dado demonstra que a visão do senso comum é reproduzida nos serviços de saúde e, na tentativa de cobrir essa lacuna, recomendações das políticas públicas voltadas à saúde do homem descrevem a importância e o passo a passo necessário para a inclusão do homem no cenário do pré-natal e do parto, para que este tenha participação mais ativa na vida do filho (Hermann, 2016).

Pouco ainda se fala sobre a presença do homem na gestação e no parto, pois esses cenários eram tidos como espaços femininos, o que causa uma exclusão do pai (Quitete & Monteiro, 2018). Os estudos ainda são limitados no que tange às dificuldades de participação do homem no período gestacional, sendo necessárias mais pesquisas que abordem este tema (Batista *et al.*, 2021). Com relação aos jovens, estes devem ser vistos como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos, e a paternidade não deve ser vista apenas como algo a ser evitado (Brasil, 2009), já que é necessário reconhecer os homens como sujeitos de direitos à assistência a saúde e ao planejamento reprodutivo (Ribeiro *et al.*, 2017).

Por isso consideramos que compreender a perspectiva do jovem pai no pré-natal e no parto seja fundamental para que se promovam condições favoráveis a ele para assumir a paternidade responsável e participativa, apoiando-o, assim, na assunção desse novo papel. Para isso, é relevante identificar como o jovem pai vivencia a assistência pré-natal e participa do parto do seu filho, pois, com esse diagnóstico situacional, podem-se traçar metas que qualifiquem a assistência a esse público masculino específico.

Percebe-se que recomendações existem, mas esse histórico cultural do lugar e papel social ocupados pelos homens vem a dificultar o acolhimento e a aproximação no contexto da assistência à saúde no que se refere à gravidez. E, nessa conjuntura, atenção especial deve ser dedicada ao público jovem masculino, devido às especificidades da fase da vida que se encontram, marcada pela imaturidade, inexperiência quanto à condução na vida sexual e reprodutiva e ao escasso apoio e orientações a que têm acesso, sem contar com a visão negativa e recriminatória da gravidez nesse período. Considerando o exposto, questionamos: como os jovens pais são incluídos no atendimento pré-natal? E como eles participam dos partos de seus filhos? Mediante o exposto, o presente estudo objetivou descrever a vivência dos jovens pais na assistência pré-natal e no parto de seus primeiros filhos, para que assim possamos identificar o espaço ocupado por eles nesses cenários, quais ações já são dedicadas a eles e quais ainda precisam acontecer.

2. Metodologia

Este artigo originou-se de uma dissertação de mestrado intitulada *A paternidade na visão de jovens pais, na perspectiva de gênero*, defendida no ano de 2014 no Programa de Pós-graduação Mestrado em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Por ser a gestação na adolescência mais discutida na perspectiva da grávida, sendo ainda pouco abordada na visão do pai, este estudo fez estrategicamente uso da abordagem qualitativa por esta permitir obter um panorama mais profundo desse fenômeno, possibilitando, ao captar dados sobre a percepção dos entrevistados, eliminar conceitos predefinidos e criar mais empatia com eles (Gray, 2012).

Os participantes foram doze jovens do sexo masculino que passaram pela experiência de serem pais. O fechamento amostral deu-se pela saturação de dados, e a técnica de amostragem bola de neve foi utilizada para a captação dos jovens, sendo esta vantajosa para pesquisa qualitativa quando se tem dificuldade de acessar o público elegível ao estudo (Bockorni & Almiraiva, 2021), como é o caso dos jovens pais por sua baixa frequência aos serviços de saúde, visto que o foco assistencial é na mulher e no bebê.

No corpo do texto, os jovens foram identificados pela letra E, de entrevistado, e pela sequência numérica em que forneceram as entrevistas. O estudo ocorreu durante os meses de março a maio do ano de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, em locais sugeridos pelos jovens, como suas residências, as de seus familiares e espaços públicos, como praças.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, para que houvesse uma compreensão minuciosa e discussões relevantes. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo na sua modalidade temática, a partir de duas categorias pré-definidas (Bardin, 2011): “Compreendendo o exercício da paternidade na juventude” e “As mudanças e repercussões oriundas do fenômeno da paternidade na juventude”, o conteúdo deste artigo foi proveniente dessa primeira categoria.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 2014, mediante ao Parecer n. 541.474, assim como todas as recomendações da Resolução 466/2014 foram seguidas (Brasil, 2012), e as entrevistas foram iniciadas após garantia de sigilo e anonimato e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3. Resultados

A idade dos entrevistados variou entre 18 e 24 anos, os quais foram pais pela primeira vez entre os 15 e 23 anos, e a maioria (9) possuía apenas um filho. Com relação à escolaridade, apenas três jovens completaram o ensino médio, os demais interromperam os estudos antes do seu término, sendo cinco antes de se tornarem pais. A inserção no mercado de trabalho ocorreu em maior parte (10) antes da gestação, de maneira informal (7), e no momento do diagnóstico da gestação, oito jovens trabalhavam (sendo cinco formalmente). No ato da entrevista, apenas dois estavam desempregados e a maioria dos pais (7) tinha atividade laboral formal, sendo que oito possuíam remuneração mensal de até 2 salários mínimos.

A maioria dos jovens (11) tinha histórico familiar de gestação na adolescência/juventude, em que seu pai ou sua mãe vivenciaram esse fenômeno. Dos doze entrevistados, seis referiram distanciamento ou abandono desde a infância por parte dos seus pais, seja por separações conjugais ou falecimentos. No momento do diagnóstico da gestação, apenas quatro jovens residiam junto à parceira, e, no ato da entrevista, a maioria (8) alegou estar namorando com estas, no entanto sem coabitação.

O conhecimento quanto ao pré-natal se mostrou restrito e limitado, e, embora dez jovens alegassem que foram ao menos a uma consulta de pré-natal, foi identificado que eles tinham uma participação passiva durante o atendimento ou ficavam do lado de fora do consultório.

No momento do parto, sete jovens estavam presentes no local de nascimento dos filhos, contudo apenas um deles teve a oportunidade de vivenciar o seu parto. Os entrevistados relataram que três pais não desejaram participar do parto e três foram impedidos pelos serviços de saúde, um desses alegou ainda que a parceira também não permitiu a sua participação.

4. Discussão

Os jovens do estudo estão inseridos em contexto socioeconômico de maior vulnerabilidade, principalmente pelos histórico de vida estudantil comprometida e de abandono escolar, pois pressupõe-se que o nível de instrução relaciona-se ao prestígio e maiores remunerações quando relacionado a ocupação trabalhista (Brasil, 2020), o que vai ao encontro dos achados em outro estudo que aborda a gestação durante essa fase da vida (Nass, 2017), e vem a reforçar a visão de ser esta uma problemática, pois, como jovens desabastados conseguirão atender às demandas e necessidades materiais dos filhos? Ratifica essa visão o comprometimento da vida estudantil, representado pelo histórico de abandono escolar presente na vida da maioria dos jovens deste estudo.

Considerando essas informações, duas reflexões fazem-se necessárias: a primeira é que, na realidade, não se pode afirmar que a vinda dos filhos foi causadora das dificuldades na área social e econômica desses jovens, pois as histórias de comprometimento na vida acadêmica e subempregos a que eram submetidos já se faziam presentes em suas vidas antes de serem pais. Outra questão relevante são os esforços direcionados para o não engravidamento durante a juventude pela sua associação a aspectos negativos desse fenômeno (Hernández-Quimara *et al.*, 2021). Como já problematizado outrora por Taquette (2008) há investimento na área contraceptiva direcionado aos jovens, e nesse sentido, o discurso do “use camisinha” e “tome pílula” ganham força, e a maneira que as ações intersetoriais (principalmente no setor saúde e educação) são propostas, parecem ocultar a sua real motivação, que seria: evitar que indivíduos em idade precoce e com baixa renda (jovens pobres) procriem. Esse pensamento viola os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, que poderiam, sim, optar pela reprodução nesse momento da vida. Na realidade, essas ações, muitas das vezes, pontuais, superficiais e realizadas de forma coletiva, parecem simplificar perguntas que norteiam esse fenômeno de forma obscura: por que jovens engravidam sem planejar? Ou planejam sem problematizar uma gravidez?

A gravidez na juventude, como fenômeno multifatorial, ao envolver homens e mulheres, deve ser compreendida considerando os dois atores, sugerimos aqui que futuras pesquisas possam investigar melhor essas questões na visão masculina, para que embasem e estimulem ações transversais, interdisciplinares e que, acima de tudo, considerem esse jovem como sujeito de direito. E ao invés de violar o seu direito reprodutivo, como objetivar o controle da fecundação dessa população, visem a garantir outros direitos como o acesso à educação de qualidade, lazer, e maximize as possibilidades de futuro acadêmico e profissional para que eles vislumbrem, se for o caso, outros planos para a sua juventude contrários à paternidade, deixando-a, se assim quiserem, para uma fase posterior de sua vida.

Nesta pesquisa, dez entrevistados referiram ter comparecido à unidade de saúde em pelo menos uma consulta de pré-natal. Um alegou ter ido por ocasião da realização de um exame de ultrassonografia, e apenas um pai referiu nunca ter participado de exames ou consultas. Neste estudo a maioria dos jovens pais não residiam junto às suas parceiras e filhos, embora mantivessem um relacionamento amoroso-afetivo com elas, como também já foi identificado em outra pesquisa (Oliveira *et al.*, 2018) envolvendo mães adolescente. Esse distanciamento físico pode ter dificultado o comparecimento dos pais nas consultas de pré-natal, visto que, se coabitassem junto às gestantes, teriam maior tendência a se envolverem e terem ciência da data de consultas e exames, dado que Fitermen e Moreira (2018) afirmam que quanto mais próximo o pai está da gestação, mais ele se responsabiliza e se envolve com ela.

A falta de tempo, o cansaço proveniente das jornadas de trabalho, além do medo de perder o emprego devido à dificuldade de liberação das atividades trabalhistas impactam negativamente na participação masculina durante as consultas de pré-natal (Almeida *et al.*, 2020, Oliveira *et al.*, 2021). Na informalidade, o jovem precisa trabalhar para garantir o sustento de si e da sua família, e mesmo em empregos formais, o receio de ser demitido pode resultar em desconforto para solicitar liberação para ir acompanhar a mulher nas consultas, ou não ter dispensa da empresa para este fim, como já foi apontado em revisão integrativa (Batista *et al.*, 2021).

Em contrapartida, habitualmente, as gestantes são liberadas de suas atividades profissionais para que possam comparecer aos serviços de saúde, não sendo comum esta mesma liberação ser destinada aos pais, pois, no processo gravídico, a mulher é tida como protagonista, fato explicitado pelos jovens quando, em suas falas, deixaram transparecer que iam às consultas “acompanhar” as gestantes, visão que não os inclui na assistência pré-natal. Contudo a participação do homem nessa assistência tende a beneficiar o trinômio pai-mãe-filho, considerando que as Políticas e recomendações incluem investimentos na assistência a saúde do homem no que tange a promoção da saúde, prevenção de doenças e diagnóstico vislumbrando o tratamento precoce, que abrangem ações desde orientações alimentares à solicitação de exames que detectem problemas de saúde (Hermann, 2016).

Sabe-se que o homem apresenta uma visão restrita quanto à assistência pré-natal (Batista *et al.*, 2021). Neste estudo, os jovens pais, além de não se sentirem incluídos nessa assistência e de apresentarem uma visão limitada acerca desta, perceberam que esse tipo de serviço era voltado ao modelo biomédico, pautado em aspectos fisiológicos do período gestacional, centrados na mãe e no bebê, visões que contribuem para perpetuar o distanciamento do homem dos serviços de saúde, visto que estes só valorizam e acolhem a gestante e o feto, conforme é retratado nas seguintes falas:

[E.7] Eu acho que é um acompanhamento anterior ao nascimento, só para realmente ver se está tudo bem com o bebê e com a mãe.

[E.12] ...Preparação da mãe e do bebê, para ele vir com saúde, uma gestação boa... pré-natal é isso.

Os pais de um estudo realizado no Espírito Santo também acreditam que a assistência prestada a eles durante a gravidez não seja necessária, visto que os cuidados devem ser voltados à gestante e ao bebê, já que o desenvolvimento fetal se dá dentro da mulher (Trindade *et al.*, 2019). Essa perspectiva do cuidado restrito à mãe e ao bebê ratifica a visão de ser a esfera reprodutiva responsabilização feminina. Essas falas descreveram, de certa forma, o que esses jovens visualizaram, durante as consultas que participaram, e ainda o que ouviram durante as suas vidas, pois é bem provável terem no seu contexto social ouvido falar sobre o atendimento dado a mulher durante o período gestacional, em que possivelmente suas mães, tias, primas e colegas de escola ou trabalho compareciam às consultas ou entravam nos consultórios sozinhas e posteriormente comentavam sobre o exame físico, exames laboratoriais ou orientações fornecidas pelos profissionais visando aos cuidados alimentares ou com o corpo gravídico, não incluindo, nessa conjuntura, aspectos que transcendessem questões biológicas e muito menos que incluíssem seus parceiros no cuidado assistencial.

O passado marca e o presente reproduz a cultura de ser a gestação e a assistência nela prestada locais exclusivos de mulheres, em que ao homem cabe o provimento financeiro da família, o que na verdade é uma visão desatualizada e discriminatória, pois, ao centralizar o cuidado no binômio mãe-bebê, o homem é excluído desse cenário. E sabe-se que cada vez mais o homem vem se envolvendo afetivamente com filho e participando do seu cuidado (Fiterman & Moreira, 2018) e esse envolvimento traz benefícios para a criança, como influencia positivamente em sua cognição e no seu desenvolvimento socioemocional (Batista *et al.*, 2021), e para o homem esse envolvimento desde a gestação, principalmente através de sua participação no pré-natal pode trazer benefícios voltados ao cuidado da sua saúde (Almeida *et al.*, 2020), como recomendado pelas políticas públicas (Brasil, 2009, Hermann, 2016).

Isso é mais um motivo para que se implementem as recomendações no sentido de considerar o trinômio mãe-pai-bebê no processo assistencial. Mas, para que isso ocorra, é necessário estimular a paternidade participativa em que esse pai não deixa de se responsabilizar financeiramente pelo filho, contudo são abertos a ele outros tipos de vivência, como a participação na vida da criança, em que as relações afetivas e de cuidado são mais valorizadas (Hermann, 2016; Ribeiro *et al.*, 2017).

Foi identificado também que estar presente na consulta de pré-natal não significa estar sendo incluído e se deixando incluir nesta, fato é que os pais tiveram participação passiva nesse momento, seja observando o cuidado profissional prestado à gestante, ou permanecendo fora do consultório, mesmo quando convidados pelos profissionais para entrarem na sala de atendimento. Essa recusa sinaliza que a gravidez ainda pertence exclusivamente à esfera feminina, como se eles também não fossem atores principais desse processo:

[E.3] Eu ficava do lado de fora...

[E.4] Ela às vezes me chamava para entrar lá... mas eu nunca entrei, não.

[E.7] Eu não participei muito não, não sabia o que perguntar, não sabia como ajudar, ela entrava na sala, falava com alguém, e eu ficava lá esperando.

A visão e a participação restrita dos jovens pais quanto à assistência pré-natal traduzem as falhas no serviço de saúde, pois nesse é recomendada atenção ampliada, com assistência integral ao homem. O fato de dois entrevistados não terem participado das consultas, quatro, em grande parte, irem à unidade de saúde e ficarem do lado de fora do consultório, e ainda os relatos de participação passiva, sem interação com os profissionais, são aspectos que revelam a dificuldade da equipe de saúde em abordar os jovens e de incluí-los na assistência pré-natal.

No ano de 2016, foi lançada uma ferramenta importante para a mudança nesse cenário: *O Guia do Pré-natal do parceiro para Profissionais de saúde* (Hermann, 2016), visando a estimular o envolvimento dos homens durante todo o seu ciclo vital, incluindo a adolescência e a juventude, em todas as etapas do planejamento reprodutivo, objetivando também que eles tenham um melhor acolhimento e acesso aos serviços de saúde.

Após a paternidade, o homem não será mais o mesmo, e essas mudanças irreversíveis requerem ajustes psicológicos e sociais, visto que a mulher, por carregar o bebê no ventre, se dá conta da maternidade antes, com o homem é diferente. Sabe-se que quanto mais próximo está da gestação, mais fácil fica a preparação para a paternidade, e, se distante, o inverso ocorre, e isso também acontece com relação ao seu envolvimento afetivo com o filho (Fiterman & Moreira, 2018).

A utilização da estratégia de estimular a inserção do homem nas unidades de saúde, através das consultas de pré-natal e de puericultura do filho, busca incentivá-lo ao autocuidado, pois nesses momentos é possível atualizar o cartão de vacinação, oferecer exames laboratoriais e orientações preventivas quanto à IST etc. (Hermann, 2016). Entretanto sabe-se que os pais, muitas vezes, não se sentem à vontade para comparecer às consultas obstétricas e pediátricas e que, em virtude disso, ficam do lado de fora do consultório, como ocorreu com alguns entrevistados deste estudo. Esse dado sinaliza que apenas o “deixar o pai entrar na consulta” ou “convidá-lo a participar” não esteja sendo suficiente, e outras estratégias precisam ser estabelecidas para garantir a entrada desse pai no consultório, mas, além disso, a sua participação ativa na consulta e sua visão de ser o pré-natal um momento para ele entrar no serviço de saúde e investir no seu autocuidado.

Para que haja mudanças positivas nesse cenário, os profissionais de saúde precisam atrair os pais para os serviços de saúde e valorizar a sua participação nas questões reprodutivas desde o planejamento da concepção, pois assim tendem a deixar de ser meros espectadores para se tornarem atores principais junto às gestantes e aos bebês.

Atualmente, o momento da assistência pré-natal, além de ser importante para envolver esse pai desde a gestação até a criação do filho, é uma estratégia de entrada positiva desses homens aos serviços de saúde, em que o investimento na promoção da saúde e prevenção de doenças irão diminuir a entrada desse público no sistema pelas portas das emergências, quando já estão com as doenças instaladas (Hermann, 2016).

O envolvimento do pai desde a gestação, com sua inclusão na assistência pré-natal, favorece a sua participação em todos os momentos (Silva *et al.*, 2014). Logo, a inclusão do pai no pré-natal propiciará, conseqüentemente, o exercício de uma

paternidade mais participativa e atuante. Com isso, qualifica-se a assistência em saúde do homem, mas também na saúde da mulher e da criança, somando forças e envolvimento no processo educativo de seu filho, e isso possibilita reconsiderar os papéis socioculturais arrastados que implicam na permanência da iniquidade de gêneros. No que tange à criança, propicia-se um envolvimento maior de seus pais na sua criação, o que poderá culminar para ela em maiores e melhores possibilidades futuras.

Uma conquista na área dos direitos reprodutivos foi a Lei nº 11.108 (Brasil, 2005), garantindo à mulher um acompanhante de sua livre escolha no trabalho de parto, parto e pós-parto. No entanto o que ocorre durante a gravidez parece se perpetuar no nascimento, pois a maioria dos jovens pais deste estudo não participou do parto de seus filhos e, embora sete desses estivessem na maternidade, três não desejaram participar desse momento e três foram impedidos pelo serviço de saúde, um destes alegou ainda que a parceira também não autorizou a sua entrada na sala de parto.

A não permissão para o acompanhamento da mulher durante o parto é uma violação a um direito legal que lhe é garantido. Mas o que se percebe é que, mesmo diante da legislação vigente, o homem fica dependendo da estrutura institucional, das normas vigentes e das pretensões e sensibilidades dos profissionais envolvidos na ocasião, além da vontade da parceira para garantir sua efetiva participação nesse momento, o que, de certa forma, reforça que as questões reprodutivas ainda não lhe pertencem.

Estudo realizado em Belo Horizonte (Amorim *et al.*, 2020) identificou que independente da escolha do acompanhante no parto e pós-parto essa presença é benéfica e que embora a maioria das gestantes escolhesse o pai como seu acompanhante, algumas preferiram outra figura feminina para esse momento. A parturiente/puérpera que optar por outra pessoa que não o parceiro deve ter seu desejo atendido, visto que o direito do pai em participar desse momento deve ser instituído como acordo entre o casal, e os profissionais de saúde devem estar atentos para estimular essa participação ao expor os benefícios da inclusão do homem no parto e nos cuidados com o bebê.

É importante valorizar a participação paterna nesse momento ímpar, e isso deve ser estimulado desde as consultas de pré-natal, pois no trabalho de parto e parto o homem pode desempenhar, entre outras ações: dar suporte à mulher, clampar o cordão umbilical, levar o bebê para o contato pele a pele e dividir tarefas de cuidado (Hermann, 2016), mas a autorização para que esteja nesse momento fica a cargo da mulher. Contudo é necessário debater esse assunto durante o pré-natal, sempre na perspectiva de respeitar a vontade da gestante, mas orientando-a dos benefícios provenientes da figura paterna no parto, trazendo a visão que esse não é um momento exclusivo de mulheres, podendo ser dividido com o homens.

Uma outra questão é a organização dos serviços de saúde, assim como o empenho dos profissionais para que seja respeitada a vontade das mulheres que optarem por não ter seus parceiros ao seu lado e, em virtude disso, escolhem outro acompanhante. Porém esforços devem ser dirigidos no sentido de que esse pai não seja impedido de conhecer seu filho e acolhê-lo o mais precocemente possível. Isso muitas vezes requer uma reestruturação dos serviços e também sensibilidade e olhar dos profissionais de saúde para essa proposta.

Para a parturiente, a participação dos pais no parto é considerada positiva, pois eles auxiliam as mulheres, deixando-as mais amparadas e seguras, trazendo conforto e confiança para elas, além de apoio emocional e diminuição da experiência dolorosa. Já ao homem é permitido vivenciar um momento intenso de reflexão e significados, que favorece a responsabilização e o nascimento de um novo pai, sendo um momento emocionante para ele (Quitete & Monteiro, 2018). Ratifica essa informação a vivência descrita pelo único pai que participou do parto do filho, que, mesmo mediante o nervosismo, considerou a experiência como positiva:

[E.10] Ah! Foi emocionante! (sorri), eu gostei, cheguei a me emocionar. Foi normal, pô! O parto do meu filho, me emocionei bastante, fiquei feliz que ocorreu tudo bem, fiquei um pouco nervoso.

Estudo realizado na Bahia demonstrou que o homem expressa sentimentos de receio e medo ao participar do parto e segurar o bebê no colo pela primeira vez, mas sobretudo esse momento é demarcado com sentimentos positivos e vivenciado como momento único e emocionante, e essa participação vem a favorecer a transição da paternidade e a responsabilização do pai (Fiterman & Moreira, 2018).

Devido a isso, torna-se relevante estender aos demais pais essa possibilidade, para que também possam vivenciar o nascimento dos filhos, já que esse momento é tido como único e singular, e os profissionais de saúde deveriam investir e incentivar essa participação de maneira precoce: desde o pré-natal (Quitete & Monteiro, 2018). Cabe lembrar que a não participação no parto por impedimento profissional, havendo o desejo do pai em participar e a autorização da gestante para tal, é uma violação do direito da mulher, e contraria as orientações dos Programas que norteiam a assistência à paternidade e à maternidade.

A recusa paterna em participar do parto do filho traz reflexões quanto aos padrões de gênero e questões que refletem no “ser homem” e “ser mulher” na sociedade, pois historicamente o planejamento reprodutivo, assim como os momentos da gestação, parto e puerpério eram ditos como da esfera feminina, e a assistência à saúde era voltada ao binômio mãe-bebê (Hermann, 2016). Os homens referem que, ao longo da gestação, têm dúvidas, inseguranças e falta de espaço para conversarem e serem orientados, e tentam manter seu papel social de ser protetor, base e apoio da mulher, e, em virtude disso, acabam minimizando ou ocultando questões afetivas que contradizem com o ideário social do “ser homem” (Trindade *et al.*, 2019).

A construção sociocultural dos gêneros torna a reprodução um evento da esfera feminina pela natureza da mulher e o campo da sexualidade de domínio do homem (Borges *et al.*, 2021). Essa cultura se perpetua entre os jovens, em que as meninas são responsabilizadas pela gravidez, tendo os meninos um caráter muito irregular quanto a esta, muitas vezes resultando no abandono ou ausência paterna (Santos *et al.*, 2017).

Estima-se que 5 milhões de estudantes brasileiros não tenham o nome do pai no registro de nascimento, e iniciativas no sentido de mudar esse quadro são executadas, como o Programa “Pai Presente”, em que se estimula a inclusão do nome do pai através da facilitação do reconhecimento da paternidade e regularização do vínculo familiar, mesmo que tardiamente. Com esse registro, os filhos passam a ter direito a heranças, patrimônios e pensão alimentícia, contudo sabe-se que muitas pessoas, ao procurarem esse serviço, buscam um reconhecimento afetivo por meio do registro (Conselho Nacional de Justiça, 2015).

Interessante perceber que, na maioria dos casos, a paternidade/maternidade na adolescência e juventude se fez presente na vida dos genitores dos jovens e, ao considerarmos que seis deles referiram distanciamento ou abandono paterno, devemos ter cautela para que o fator intergeracional, no que tange à gravidez na adolescência, não se repita com relação à ausência desse pai na vida do filho, como foi referido por parte dos entrevistados. Sabe-se que a falta ou abandono paterno na infância pode comprometer o desenvolvimento da criança e do adolescente e ainda refletir negativamente na vida adulta, tendendo a criar desequilíbrio e a gerar problemas na formação da personalidade (Trapp & Andrade, 2017).

Ao saber da importância da figura paterna para o desenvolvimento da criança e da interação pai-filho e que quanto mais próximo está esse pai, mais envolvido estará com o filho desde a gestação, considera-se a relevância de estimular a participação masculina no pré-natal, parto e puerpério (Hermann, 2016). A intenção não seria no sentido de obrigá-lo a tal participação, mas sim de sensibilizá-lo quanto à sua importância nesse processo, repensando a criação e a educação de meninos e meninas dentro da sociedade, uma vez que se fosse investido na sensibilização da real importância nesse processo para sua vida, a de sua parceira e a de seu filho, desde a infância, perpassando pela adolescência, o período pré-concepcional, gestacional e durante a assistência no trabalho de parto, será que sua visão mudaria? E desejaria também ser ator principal nessa cena? E, além disso, será que teríamos menos casos de abandono paterno? Mais certidões de nascimento que constassem o nome do pai? Mais pais pegando crianças nas escolas? E mais homens frequentando parques infantis com seus filhos?

A figura paterna é importante para todo o desenvolvimento infantil, mas, além de benefícios para a criança, a inserção do pai no cuidado do filho traz repercussões positivas na vida das mulheres e dos homens, e contribuem para as construções diferenciadas das relações de gênero (Melo *et al.*, 2020).

É comum os jovens pais terem medos, dúvidas e insegurança quanto ao cuidado com os filhos, sendo assim importante a execução de ações em saúde com foco na transição para a paternidade na adolescência, para que os pais sejam acompanhados ao tornarem-se pais (Nass *et al.*, 2017; Deus *et al.*, 2020). Nesse aspecto, Trindade *et al.* (2019) acreditam que para ocorrer o exercício do papel paterno de forma segura, afetiva e participativa sejam importantes a visibilidade e a valorização do pai acontecerem desde a gestação, tendo grande representação, nesse estímulo e apoio, os profissionais de saúde.

É interessante, assim, os jovens pais serem orientados desde o pré-natal, passando pelo alojamento conjunto e mais tarde, nas consultas de puericultura e visitas domiciliares, quanto às técnicas de cuidado, pois isso promoverá seu empoderamento e busca por essa aprendizagem e exercício. O apoio da equipe de saúde poderá promover maior segurança para que o jovem participe mais ativamente do parto e se envolva no cuidado e na educação do filho, e, quem sabe, invista em outros aspectos de sua própria vida, como na esfera acadêmica e profissional, vislumbrando promover melhores condições de vida e futuro à sua prole.

Borges *et al.* (2021) chamam atenção para a importância de as ações de educação sexual ocorrerem no início da adolescência, antes da iniciação sexual para que os homens possam vivenciar a sexualidade de forma mais segura, e estes citam a escola como um setor importante nesta logística e debate da temática. No que se refere ao exercício da paternidade, acredita-se que seja fundamental, além de ações no âmbito educacional que revisem a formação social na perspectiva de gênero, incluindo nessa visão o homem como sujeito apto a exercer o cuidado e a paternidade participativa, ressignificando assim o “ser homem” na sociedade, seja também necessária incluir essa mesma visão na formação dos profissionais de saúde para que ampliem suas possibilidades de atuação e sensibilidade para assistirem o homem pai na assunção do seu novo papel (Trindade *et al.*, 2019).

Aqui, vamos além. Pensa-se que seja imprescindível trabalhar questões de gênero e sexualidade durante todo o ciclo vital do homem, desde as consultas de puericultura, na infância e adolescência, incluindo o preparo dos profissionais de saúde para atuarem de forma intersetorial, tendo a escola como cenário principal, para que os jovens exerçam seus direitos sexuais e reprodutivos de forma saudável e prazerosa, inclusive orientando-os quanto a estes, pois, na prática, a educação sexual é abordada na esfera biológica e os jovens não reconhecem esse termo (Santos *et al.*, 2017). Esses esforços serão impactantes para que quando os meninos se tornarem pais, tenham ciência da importância da sua participação no processo de crescimento, de desenvolvimento e de educação dos seus filhos, mas que, acima de tudo, participem do planejamento reprodutivo para que, junto às parceiras, decida o melhor momento para a vinda dessa criança, se inclua e seja incluído em momentos ímpares como o pré-natal, o parto, o cuidados após o nascimento e durante toda a vida do filho.

5. Considerações Finais

Os jovens demonstraram um conhecimento restrito quanto à assistência pré-natal, focando esse atendimento a aspectos biológicos da gestante e do feto. Entretanto a maioria referiu ter participado ao menos de uma consulta, mas de forma passiva ou ficando do lado de fora do consultório.

No que tange ao parto, apenas um jovem pai entrevistado teve a oportunidade de participar desse momento, o que possivelmente repercutirá positivamente no exercício da sua paternidade, visto que esse descreveu o momento como positivo, fato que tende a favorecer a relação pai-bebê. Os outros entrevistados não tiveram a mesma oportunidade, seja por vontade própria, ou por empecilho externo, como opção da parceira ou das unidades de saúde, situações essas que necessitam ser discutidas e problematizadas visando a estimular e a promover condições favoráveis à participação precoce do jovem na vida do filho, incluindo a assistência pré-natal e o nascimento.

O presente estudo, ao discutir questões de gênero que repercutem negativamente a assunção e o exercício da paternidade desde a infância, colabora para problematizar a assistência à saúde prestada ao homem desde a puericultura, assim como a atenção voltada aos jovens no setor de educação, pois ambos poderiam, através de ações intersetoriais, trabalhar essas questões precocemente na vida desses meninos, que cresceriam com visões diferenciadas quanto aos seus papéis sociais.

Ao considerar as diversas facetas das juventudes, identificamos como limitador do estudo o fato de ter como entrevistados jovens de estrato socioeconômico desfavorecido. É interessante, portanto, em outras pesquisas, para melhor compreensão do fenômeno, ter participantes das distintas situações socioeconômicas, pois será que o jovem que tem acesso à assistência privada vivencia a mesma problemática dos jovens desta pesquisa? Enfim, frisamos ainda a relevância de investir em futuros estudos que tematizem sobre aspectos voltados à orientação e educação de crianças e jovens quanto ao exercício da paternidade.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Waiselfisz, J. J. (2015). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Flacso - Brasil, OEI, MEC. https://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf.
- Almeida, D. C. S., Donaduzzi, D. S. da S., Fettermann, F. A., Cortes, L. F., & Sehnem, G. D. (2020). Potencialidades e fragilidades relacionadas à participação do pai/parceiro no pré-natal na percepção de enfermeiras. *Research, Society and Development*, 9(8). : <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5434>
- Amorim, T., Aguiar, L. A. de A., Pereira, M. de A. C., & Marcatto, J. de O. (2020). Critérios para escolha do acompanhante durante o trabalho de parto. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, 34(1), 1-8. http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502020000100342
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Tradução: Reto, L. A., & Pinheiro, A. Edições 70.
- Batista, W. C. A., Castro, R. de C., Regazzi, I. C. R., Motta, C. O., Lopes, E. B., Padilha, G. K. de M., & Maia, Y. C. dos S. (2021). Difficulties present in adhering to partner prenatal care worldwide: An integrative review. *Research, Society and Development*, 10(10), 1-10. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18493>
- Bockorni, B. R. S., & Gomes, A. F. (2021). A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, 22(1), 105-117. <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111>
- Borges, A. L. V., Duarte, L. S., Cabral, C. da S., Lay, A. A. R., Viana, O. A., & Fujimori, E. (2021). Uso de preservativo masculino e dupla proteção por homens adolescentes no Brasil. *Rev Saude Publica*, 55. <https://www.scielo.br/j/rsp/a/wC9gJRMldZmFs5rykj46LjK/?format=pdf&lang=pt>
- Brasil. Lei n. 11.108, de 7 de abril de 2005. (2005). Dispõe sobre a garantia às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 8 abril 2005. Seção 1, 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes* (2009). Brasília. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2013). Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, 150 (112), 59-62. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira* (2020). Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
- Daniliauskas, M., Díaz, M., Cabral, F., Correia, R., & Solyszko, M. (2019). *Guia sobre direitos, leis e a participação social e política dos jovens*. Replotina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva.
- Deus, M. D. de., Costa, E. F. L. da, Souto, D. da C., Jager, M. E., & Dias, A. C. G. (2020). A Experiência do Pai Adolescente no Primeiro Ano de Vida da Criança. *Pensando famílias*, 24(1), 175-189. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100013
- Fiterman, H., & Moreira, L. V. de C. (2018). O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis*, Santiago, 17(50), 47-68. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-65682018000200047&script=sci_arttext&tlng=pt
- Gomes, R., Albernaz, L., Ribeiro, C.R.S., Moreira, M. C. N., Nascimento, M. (2016). Linhas de cuidados masculinos voltados para a saúde sexual, a reprodução e a paternidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(5):1545-1552. <https://www.scielo.br/j/csc/a/z8PMJVF8PMX6y68pBJZZVNK/?format=pdf&lang=pt>
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Trad. Costa, R.C. (2a ed.), Penso.
- Hermann, A et al. (2016). *Guia do pré-natal do parceiro para profissionais de saúde*. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pre_natal_parceiro_profissionais_saude.pdf

- Hernández-Quimara, A., Rivero-Rubio, C., & Linares-García, J. (2021). Significados de paternidad para jóvenes universitarios: cotidianidad, relaciones y cambios en proyecto de vida. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19(1), 1–21. <http://revistaumanizales.cinde.org.co/ricsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3924>
- Melo, M. G. S., Fenner, P. C., Abaid, J. L. W., & Kruehl, C. S. (2020). O cuidado ao bebê e a construção da parentalidade: o pai em foco. *Research, Society and Development*, 9(1). <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1595>
- Nascimento, M. A. C. do, Monte, L. M. I. do, Sousa, R. F. V. de, Pessoa, B. G. F., Mateus, A. da S., & Nascimento, E. F. do. (2020). I Speak, You Speak, Nobody Listens: conversations about sex and sexuality among teenagers and adolescents in the school space. *Research, Society and Development*, [S. l.], 9(8), e386985852. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5852>
- Nass, E. M. A. et al. (2017). Vivências da Maternidade e Paternidade na Adolescência. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, 31(2), 1-12. <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/16629/14513>
- Oliveira, B. C. L. de et al. (2021). Ações de saúde para homens-pais e a promoção à paternidade no pré-natal: Revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 10(4). <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14460>
- Oliveira, P. R., Rodrigues, J. Z., Ferreira, J. D., Batista, D. J. R., Gusmão, R. M. de., Franco, S. E. de J., Rocha, E. M. da., & Lemes, A. G. (2018). Gravidez na adolescência: um desafio crítico para os países do cone sul. *Journal Health NPEPS*, [S. l.], 3(2), 506–526. <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3115>
- Pereira, A. S. & Oliveira, E. M. B. de (2016). Brincadeiras de meninos e meninas: cenas de gênero na educação infantil. *Revista Reflexão e Ação*, 24(1), 273-288. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>
- Quitete, J. B., & Monteiro, J. A. de M. B. (2018). A participação do pai no parto domiciliar planejado: um ato significativo para a mulher. *Rev enferm UERJ*, 26. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/18682>
- Ribeiro, C. R., Gomes, R., & Moreira, M. C. N. (2017). Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27(1), 41-60. <https://www.scielo.br/j/physis/a/Qm4nMybrZmDMRvfbkMdhmgk/abstract/?lang=pt>
- Santos, B. R. dos, Magalhães, D. R., Mora, G. G., & Cunha, A. (2017). *Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas*. INDICA.
- Silva, B. T. da, Silva, M. R. S. da, & Bueno, M. E. N. (2014). Eventos intra e extrafamiliar significados no processo de construção da paternidade. *Escola Anna Nery* [online], 18(4), 710-715. <https://www.scielo.br/j/ean/a/MYDrBVb7WNPgFGFV6Skcyvg/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, E. R. da., Silva, M. G. da, Fassarella, B. P. A., Santos, L. C. A. dos, Silva, R. M. R. da, Araujo, V. da S., Ribeiro, W. A., Neves, K. do C., Alves, A. L. N., & Amaral, F. S. do. (2022). Nurse's action in the prevention off teenage pregnancy in Primary Care. *Research, Society and Development*, [S. l.], 11(2). <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25479>
- Taquette, S. R. (2008). Sobre a gravidez na adolescência. *Adolescência e Saúde*, 5(2),23-26.
- Trapp, E. H. H., & Andrade, R. de S. (2017). As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. *Revista Ciência Contemporânea*, 2(1), 45 – 53. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124653.pdf
- Trindade, Z., Corteza, M. B., Dornelas, K. D., Santos, M. dos S. (2019). Pais de primeira viagem: demanda por apoio e visibilidade. *Saúde e Sociedade* [online], 28(1), 250-261. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PdPNV6rvz4fKF3T9wZQsFNy/?lang=pt#:~:text=A%20inser%C3%A7%C3%A3o%20do%20homem%20nos,apoio%20para%20exercer%20a%20paternidade>